

Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.

Sociedade Aberta

Rua Castilho, nº 50 – 1250-071 Lisboa

Registada na Conservatória do

Registo Comercial de Lisboa Sob nº 30.365

Pessoa Colectiva nº 500.136.971

Capital Social: 12.500.000 Euros

GRUPO GRÃO-PARÁ



Relatório e Contas

2003

Relatório Consolidado de Gestão

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 508-A do Código das Sociedades Comerciais vem o Conselho de Administração submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas relativas ao exercício de 2003.

1. Evolução das Actividades das Empresas do Grupo Empresarial

No exercício de 2003, em cumprimento da deliberação das Assembleias Gerais do Grupo, prosseguiu-se á diminuição do passivo bancário, através da alienação de activos menos essenciais ao nosso núcleo de actividades. Assim, alienou-se a um Fundo de Investimento Imobiliário, por 3.800.000 euros o denominado terreno Miradouro, de propriedade da Grão-Pará, o que permitiu, conjuntamente com a evolução positiva do câmbio do euro face ao dólar americano – visto termos uma operação bancária titulada em dólares – a obtenção de resultados positivos na Grão-Pará, no valor de 1.920.839 euros.

Deste modo, o passivo bancário do Grupo, baixou no exercício cerca de 8%. Iremos continuar a política de reequilíbrio dos capitais próprios, não só através da diminuição do passivo bancário, como também através da conversão em capital, de créditos detidos por empresas do Grupo sobre outras sociedades do nosso Grupo. Assim, após cumprimento das disposições legais, efectuou-se em Dezembro de 2003 a conversão de créditos da Matur sobre a Interhotel, no valor de 10.256.705,48 Euros , o que permitiu reforçar os capitais próprios desta última empresa, mediante a diminuição do correspondente crédito que se converteu em capital de risco.

Iremos proceder, no exercício de 2004, a idênticas operações, que permitirão reforçar os capitais próprios de diversas empresas do Grupo.

2. O exercício, em termos hoteleiros, sofreu as vicissitudes de desaquecimento, não só da economia nacional, como também das economias de alguns dos países geradores de clientes para as nossas unidades.

Assim, no Hotel Atlantis Vilamoura, propriedade da Interhotel, assistiu-se a uma diminuição das receitas face ao exercício transacto de 860 mil euros, equivalente a 18% do exercício anterior.

No Solférias, uma diminuição de 127.000 euros, correspondente a 19% do exercício anterior.

No Hotel Atlantis Sintra Estoril houve um aumento de receitas de 79.000 euros, correspondente a um acréscimo de 5% das receitas, face ao exercício transacto.

Prevê-se uma recuperação substancial no exercício de 2004, para todas as unidades, face à realização do Euro 2004.

Relatório Consolidado de Gestão

Visando aumentar a competitividade das nossas unidades, prosseguiu-se a política de redecação de todas elas, bem como a realização de algumas obras.

Assim, no Hotel Atlantis Vilamoura adjudicou-se a troca dos seis elevadores do Hotel, sendo que três deles serão executados em 2004 e os três restantes em 2005, de modo a que as respectivas obras não perturbem a normal operação do Hotel.

No Hotel Atlantis Sintra Estoril continuou a política de troca de todos os ares condicionados dos quartos, bem como dos sommiers, colchões, alcatifas (últimos 40 quartos que faltavam) e substituição em 84 quartos dos aparelhos de televisão por outros mais modernos.

Foi totalmente alcatifada a zona de restaurantes e instalado um sistema de câmaras de controle em todo o Hotel. Já no decurso do corrente exercício, foi adjudicada para o Hotel Atlantis Vilamoura e Hotel Atlantis Sintra Estoril a substituição do sistema de acesso aos quartos, que passará a ser feito através de cartão magnético.

Tal operação implicará a fusão dos sectores da portaria e recepção com a consequente racionalidade de custos do sector.

3. Prosseguiram as obras de recuperação da Estalagem da Cegonha, que se revelaram mais demoradas do que o previsto, por força de – tratando-se de um edifício do século XVII – a sua recuperação exigir um cuidado adicional na escolha e aplicação dos materiais, de modo a não descaracterizar aquela unidade.

Iniciou-se a construção da ampliação da referida Estalagem, em edifício fronteiro à mesma que irá comportar 24 quartos encontrando-se totalmente finalizada a respectiva estrutura à data da elaboração do presente relatório, prevendo-se a conclusão das obras em mais um ano.

O Aparthotel Alagoas, de propriedade da Somotel, continua a aguardar a autorização da Câmara Municipal de Lagoa para a sua substituição por imóvel residencial, a ser edificado no mesmo local.

Foi aprovado o estudo de localização para um Projecto de um Hotel Rural, a ser edificado em terreno de propriedade da Grão-Pará, sito no Concelho de Estremoz.

Está-se a proceder a um novo estudo para rentabilizar os terrenos, propriedade da Grão-Pará, situados no Cais do Ginjal, em Almada, após conclusão, pela respectiva Câmara Municipal, do elevador de acesso à zona, estando em curso a estrada que permitirá aceder directamente ao parque contíguo à Ponte 25 de Abril.

4. Conforme referido em anterior relatório, os projectos de propriedade da Autodril, Sociedade Imobiliária, sitos nos terrenos envolventes ao Autódromo Fernanda Pires da Silva, continuam a aguardar o respectivo licenciamento, apesar de aprovados desde 1992, com condicionamentos que foram atendidos desde 1995.

Relatório Consolidado de Gestão

A mudança de legislação respeitante ao Parque Natural, promulgada já no corrente exercício, em 8 de Janeiro, por Resolução do Conselho de Ministros, contempla expressamente a situação dos terrenos de nossa propriedade, bem como o reconhecimento dos direitos construtivos, ao abrigo do artigo 43º do referido diploma.

Esperamos, finalmente, poder prosseguir um projecto que tão importante é, não só para o Concelho de Cascais, como, até pela sua dimensão, para o Turismo Nacional.

No que diz respeito ao projecto de Oscar Niemeyer, concebido para o terreno de propriedade da Comportur, situado em Vila do Bispo, no Algarve, continua por promulgar a legislação que permite excepcionar os denominados projectos estruturantes dos constrangimentos legais que, ao longo dos anos têm sido impostos um pouco por todo o país, à edificabilidade em determinadas zonas. Toda essa legislação desrespeitou direitos adquiridos. Temos procurado sempre resolver esse tipo de situações por via negocial, embora o arrastar das mesmas seja altamente desestimulante para qualquer investidor. Nesse sentido, e em alternativa, procurou-se arranjar parceria no Brasil, país onde Oscar Niemeyer projectou a respectiva capital, Brasília, para levar avante aquele projecto.

As negociações têm sido conduzidas pela Presidente do Conselho de Administração do Grupo, tendo encontrado a nossa proposta grande acolhimento por vários Governos de diversos Estados brasileiros. À altura da elaboração do presente relatório, prosseguiam negociações com o Estado do Ceará – uma das Regiões Turísticas de mais rápida expansão em todo o Brasil – estando sob análise três possibilidades de localização, todas situadas na Costa Marítima do referido Estado.

5. Desde 1999, os Relatórios de Gestão do Grupo Grão-Pará têm feito menção expressa ao crédito fiscal que entendemos deter sobre o Estado, por força do Acordo Global celebrado em 8 de Julho de 1997, entre diversas empresas do Grupo e o Estado Português. Suportados em pareceres jurídicos do Prof. Sousa Franco e Mestre Sérgio do Cabo, Paulo Otero, António Lobo Xavier e, mais recentemente, Diogo Leite Campos, procurámos que o Estado reconhecesse, por via administrativa, o referido crédito. Na ausência de definição por parte do Estado quanto à solução a adoptar, fomos forçados a ingressar, em Maio de 2001, em juízo, para reconhecimento, por essa via, daquele crédito.

Negociámos com o IGFSS a emissão de uma garantia bancária que cobrisse as dívidas da Grão-Pará entre 1997 e 2002, até trânsito em julgado da acção judicial por nós proposta. Negociou o contencioso das Empresas com essa mesma entidade, a emissão de garantia real que cobrisse as responsabilidades da Interhotel, Matur e Autodril – as outras signatárias do Acordo Global – com objectivo e âmbito idênticos. No decurso dessas negociações e por solicitação do IGFSS, procedeu esse próprio organismo à avaliação de imóvel, por avaliador por si indicado, visando complementar a garantia bancária já emitida e supra mencionada, tendo a referida avaliação, cujos custo suportámos, sido de 35.000.000 euros.

Relatório Consolidado de Gestão

Fomos surpreendidos por noticiário jornalístico que, ao arrepio de todos os actos praticados, mereceu um comunicado tornado público sobre o assunto, repudiando a existência de qualquer dívida, bem como demonstrando a existência de garantias já prestadas e o acordo do IGFSS para a prestação de garantias adicionais. Enquanto isso, a acção por nós proposta em Maio de 2001, decorridos quase três anos da sua propositura, continua sem qualquer andamento significativo. Por outro lado, têm sido unânimes as decisões judiciais que determinaram a suspensão das execuções pleiteadas pelo Estado até à resolução definitiva da acção que propusemos. Confiamos na justiça e aguardamos confiantes a sua decisão.

6. Perspectivas Futuras

A altura da elaboração do presente Relatório, foi acordado com o BES – que detém mais de 80% das responsabilidades bancárias do Grupo – a conversão, a médio prazo, do nosso passivo bancário. Tal operação, a ser formalizada no mais breve espaço de tempo possível, irá permitir a prossecução do objectivo, sufragado em sucessivas Assembleias Gerais de redução, tendencialmente a 0 das nossas responsabilidades perante terceiros.

O resultado liquido consolidado negativo do exercício, ascendeu a 2.414.431,30 Euros distribui-se da seguinte forma:

Interesses Minoritários	362.899,66
Resultado do Grupo	2.051.531,64

Lisboa, 17 de Março de 2004

A Administração

Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

Grupo Grão-Pará

Indicação do número de valores mobiliários emitidos pela sociedade com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo detidos por titulares dos órgãos sociais, e todas as aquisições, onerações ou transmissões reportado a 31 Dezembro de 2003;

D. Fernanda Pires da Silva

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	671.582 Acções
- Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.	12.714 “
- Matur – Soc. Empreend. Turísticos da Madeira, S.A.	42.418 “
- Autodril – S.G.P.S., S.A.	1.000 “
- Somotel - Soc. Portuguesa de Motéis, S.A.	2.437 “
- Comportur – Comp. Urb. Turismo, S.A.	17.903 “

Dr. Abel Pinheiro, directamente;

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	34.288 Acções
- Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.	24 “
- Matur – Soc. Empreend. Turísticos da Madeira, S.A.	1.002 “
- Somotel - Soc. Portuguesa de Motéis, S.A.	20 “
- Comportur – Comp. Urb. Turismo, S.A.	467 “

Indirectamente através da Soc. Santa Filomena, SGPS;

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	249.373 Acções
- Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.	12.917 “
- Matur – Soc. Empreend. Turísticos da Madeira, S.A.	4.796 “
- Somotel - Soc. Portuguesa de Motéis, S.A.	1.610 “
- Comportur – Comp. Urb. Turismo, S.A.	2.594 “

Indirectamente através da Soc.KB BUSINESS CORP.;

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	224.000 Acções
---	----------------

Lista dos titulares de participações sociais qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Cód. VM, reportada a 31 de Dezembro 2003:

	Nº Acções	% Capital	% de Votos
- D. Fernanda Pires da Silva	671.582	26,86	31,00
- Dr. Abel Pinheiro (Santa Filomena e KB Business)	507.661	20,31	23,43
- Autodril – S.G.P.S., S.A.	250.180	10	0
- Matur – Soc. Emp. Turísticos da Madeira, S.A.	83.234	3,33	0
- EDEC – Edificações Económicas, S.A.	150.924	6,04	6,97
- Herdeiros do Sr. João Paulo Teotónio Pereira	54.159	2,17	2,50
- Banco Espírito Santo	190.000	7,6	8,77
- NewCapital a)	115.000	4,6	5,31
- Medes Holding LLC	74.812	2,99	3,45

a) Conforme comunicação prestada a 29 de Março de 2004, foram vendidas 8.907 acções em Bolsa, ficando com 116.093 acções representativas de 4,24% do capital social e 4,89% dos direitos de voto.

GRUPO GRÃO-PARÁ

Balancos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002

(Montantes expressos em Euros)

Código Contas POC	Descrição	Exercício 2003		Exercício 2002		Código Contas POC	Descrição	Exercício	
		Activo Bruto	Amort. e Provisões	Activo Líquido				2003	2002
ACTIVO						CAPITAL PRÓPRIO			
	IMOBILIZADO					51	Capital	12.500.000	12.500.000
	Imobilizações incorpóreas					52	Acções (Quotas) Proprias	-2.460.273	-2.460.273
431	Despesas de instalação	81.814	36.428	45.386	68.077	54	Premios de Emissão de Acções (quotas)	4.888.219	4.888.219
432	Despesas de invest. e desenvolvimento			0		551/2	Diferenças de consolidação	-9.717.247	-9.070.963
433	Propried. Industrial e outros direitos	6.386	6.386	0		554	Ajustamentos de partes de capital em emp.assoc.		0
		88.200	42.814	45.386	68.077		Reservas de Reavaliação	32.617.089	33.429.011
	Imobilizações corpóreas						Reservas:		
421	Terrenos e recursos naturais	15.766.044		15.766.044	16.582.757	571	Reservas legais	3.119.947	3.119.947
422	Edifícios e outras construções	85.704.542	27.561.025	58.143.517	61.171.750	574/9	Outras reservas	887.857	887.857
423	Equipamento básico	13.113.631	11.896.650	1.216.981	1.373.544	59	Resultados transitados	-19.796.632	-22.096.067
424	Equipamento de transporte	701.842	561.561	140.281	96.865	88	Resultado líquido do exercício	-2.051.532	2.017.003
425	Ferramentas e utensílios	169.454	158.415	11.040	12.045		Total do capital próprio	19.987.429	23.214.734
426	Equipamento administrativo	5.330.815	5.155.129	175.687	233.562				
427	Taras e vasilhame	74	74	0	0	17	Interesses minoritários	6.132.958	6.490.581
429	Outras imobilizações corpóreas	1.786.326	1.654.448	131.879	155.165		PASSIVO		
441	Imobilizações em curso	257.527		257.527	73.976				
448	Adiantamentos por c/ Imobilizações	190.021		190.021	163.173	29	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		
		123.020.276	46.987.301	76.032.975	79.862.839				
	Investimentos financeiros					293/298	Provisões para riscos e encargos	144.254	144.254
4112	Partes capital em empr. associadas	173.799	87.290	86.509	86.509			144.254	144.254
414/5	Titulos e Outras Aplicações	687.293		687.293	687.293				
448	Adiantamentos por c/ Investimentos	317.074	0	317.074	317.074				
		1.178.166	87.290	1.090.876	1.090.876		DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO		
	CIRCULANTE					231	Dividas a instituições de crédito	61.972.369	66.777.214
	Existências					221	Fornecedores c/c	1.008.985	1.053.140
36	Materis-primas, Sub e de Cons.	171.434	55.658	115.776	118.773	228	Fornecedores facturas em conferencia	6.520	15.639
35	Produtos e trabalhos em Curso	8.281.963	612.123	7.669.840	8.214.851	222	Fornecedores títulos a pagar	0	55.828
33	Produtos Acabados e intermédios	3.327.583		3.327.583	3.344.391	251/5	Outros accionistas (sócios)	24.899	24.899
32	Mercadorias	1.653.058	0	1.653.058	1.786.593	219	Adiantamentos de clientes	163.478	86.147
		13.434.038	667.781	12.766.257	13.464.608	2611	Fornecedores de Imobilizado, c/c	532.839	689.149
	Dívidas terceiros - curto prazo					24	Estado e outros entes públicos	9.312.611	7.498.796
211	Clientes c/c	447.786		447.786	504.148	26	Outros credores	1.543.653	553.789
218	Clientes de cobrança duvidosa	1.070.551	1.070.405	146	146		74.565.353	76.754.601	
251/5	Outros accionistas (sócios)	108.855		108.855	108.855		Acréscimos e diferimentos		
229	Adiantamentos a fornecedores	3.605		3.605	1.605	273	Acréscimos de custos	6.838.504	5.656.188
24	Estado e outros entes públicos	179.677		179.677	177.009	274	Proveitos diferidos	3.945	43.597
26	Outros devedores	17.728.804	401.237	17.327.566	17.457.219	276	Impostos diferidos Passivos	747.655	777.965
		19.539.277	1.471.642	18.067.635	18.248.982		7.590.104	6.477.750	
	Depósitos bancários/caixa						Total do passivo	82.299.711	83.376.604
12+13+14	Depósitos bancários	13.332	0	13.332	52.049				
11	Caixa	13.875	0	13.875	9.471				
		27.207		27.207	61.520				
	Acréscimos e diferimentos								
271	Acréscimos de proveitos	11.520		11.520	5.449				
272	Custos diferidos	378.242		378.242	279.567				
		389.762		389.762	285.016				
	Total do Activo	157.676.927	49.256.828	108.420.098	113.081.918		Total do Capital Próprio dos Interesses Minoritários e do Passivo	108.420.098	113.081.918

Lisboa, 17 de Março de 2004

O Técnico Oficial de Contas N° 33.321
Sandra VieiraA Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

GRUPO GRÃO-PARÁ

Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002

(Montantes expressos em Euros)

Código Contas POC	Custos e Perdas	Exercícios findos em:		Código Contas POC	Proveitos e Ganhos	Exercícios findos em:	
		31-12-2003	31-12-2002			31-12-2003	31-12-2002
61	Custos mercad. vend. e mat. consumidas			71	Vendas:		
	Mercadorias	1.125.757	229.171		Mercadorias	4.818.506	1.698.672
	Matérias	1.018.875	1.221.861		Produtos	758.587	3.224
62	Fornecimentos e serviços externos	2.424.604	2.743.709	72	Prestação de serviços	7.225.853	8.285.520
	Custos com o pessoal:				Varição da produção	-498.628	210.546
641+644	Remunerações	4.303.850	4.395.891	75	Trabalhos para a própria empresa	0	0
	Encargos sociais:			73	Proveitos suplementares	386.401	772.718
643+644	Pensões	118.835	126.582	74	Subsídios à exploração	0	0
645/8	Outros	1.242.185	1.366.496	76	Outros proveitos operacionais	0	772.718
66	Amortiz. imobiliz. corpóreo e incorpóreo	2.482.199	2.486.854		(B)	12.690.719	10.970.680
67	Provisões	114.164	234.607	782	Ganhos em emp. do grupo e associadas		
63	Impostos	401.982	264.660	784	Rendimentos de participações de capital		
65	Outros custos operacionais	217.650	308.664	781+783	Rend. de tít. negoc. e out. aplic. financeiras		
	(A)	13.450.100	13.378.495		Relativos a empresas do grupo		
682	Perdas em empresas do grupo e associadas	0	0		Outros		
683+684	Amortizações e provis. de aplic. e inv. financ.	0	0	781+785/8	Outros juros e proveitos similares		
681+685/8	Juros e custos similares:				Relativos a empresas interligadas	0	0
	Relativos a empresas do grupo	0	0		Outros	3.000.499	3.282.379
	Outros	4.640.695	5.613.065		(D)	15.691.218	14.253.059
	(C)	18.090.795	18.991.560	79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.052.602	9.638.847
69	Custos e perdas extraordinárias	970.005	3.376.887				
	(E)	19.060.800	22.368.447				
86	Imposto s/ o rendimento do exercício	97.451	167.767				
	(G)	19.158.251	22.536.214				
88	Interesses Minoritários	-362.900	-661.311				
	Resultado consolidado líquido do exercício	-2.051.532	2.017.003				
		16.743.820	23.891.906		(F)	16.743.820	23.891.906
Resumo:							
	Resultados Operacionais: (B)-(A)	-759.381	-2.407.815				
	Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-1.640.196	-2.330.686				
	Resultados Correntes: (D)-(C)	-2.399.577	-4.738.501				
	Resultados Antes de Impostos: (F)-(E)	-2.316.980	1.523.459				
	Resultado Líquido do Exercício: (F)-(G)	-2.414.431	1.355.692				
	(com Interesses Minoritários do exercício)						

Lisboa, 17 de Março de 2004

O Técnico Oficial de Contas Nº 33.321
Sandra Vieira

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

GRUPO GRÃO-PARÁ**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**

Valores expressos em Euros

	EXERCÍCIOS	
	2003	2002
Vendas e prestações de serviços	12.808.011,45	9.987.414,84
Custos de vendas e das prest. Serviços	5.636.583,74	5.335.534,72
Resultados Brutos	7.171.427,71	4.651.880,12
Outros proveitos e ganhos operacionais	388.836,52	979.172,18
Custos de Distribuição	370.597,36	594.147,85
Custos Administrativos	4.930.036,60	5.044.179,41
Outros custos e perdas operacionais	3.019.011,76	2.411.685,10
Resultados Operacionais	(759.381,49)	(2.418.960,06)
Custo liquido de financiamento	4.635.045,27	5.598.733,71
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		
Ganhos (perdas) em outros investimentos		
Resultados não usuais ou não frequentes	2.352.651,78	9.191.825,82
Resultados Correntes	(3.041.774,98)	1.174.132,05
Imposto s/ Resultados correntes	97.451,03	167.767,69
Resultados Correntes após impostos	(3.139.226,01)	1.006.364,36
Resultados Extraordinários	724.794,71	349.327,29
Imposto s/ Resultados Extraordinários		
Resultados Líquidos com Interesses Minoritários	(2.414.431,30)	1.355.691,65
Resultado por Acção	(1,11)	0,63

Lisboa, 17 Março de 2004

O Técnico Oficial de Contas
Nº 33.321
Sandra Vieira

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

Grupo Grão-Pará

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

(Montantes expressos em Euros)

Nota Introdutória

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração não figuram neste anexo, ou não são aplicáveis ou a sua divulgação não é relevante para a apreciação das demonstrações financeiras consolidadas.

Actividade

O **Grupo Grão-Pará** é constituído por várias empresas, identificadas na Nota I, com diversas áreas de actividade, das quais se destacam a do turismo e a imobiliária.

Bases de Apresentação e de Consolidação e Princípios Contabilísticos

(i) Bases de Apresentação e de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Grão-Pará foram apresentadas em conformidade com os princípios contabilísticos e normas de consolidação do Plano Oficial de Contabilidade.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. e das filiais em que participa, directa e indirectamente, no respectivo capital social de modo maioritário e exercendo o controlo da sua gestão, as quais foram englobadas pelo método de consolidação integral, com excepção das que têm um valor patrimonial reduzido, ou que se encontram desactivadas.

Para as empresas englobadas pelo método da consolidação integral, os saldos e as transacções (com os correspondentes proveitos e custos) entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. As diferenças tanto positivas como negativas, entre o valor contabilístico dos investimentos financeiros e o valor atribuível aos activos líquidos adquiridos, são relevadas na rubrica “Diferenças de consolidação” no Capital próprio. As variações ocorridas na situação líquida das participadas são relevadas nas diversas rubricas do Capital próprio. O valor correspondente à participação de terceiros é apresentado no balanço consolidado na rubrica de “Interesses minoritários”.

(ii) Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2003, a Demonstração Consolidada dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração Consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, modificada pela reavaliação das Imobilizações corpóreas, efectuada com base nos diplomas legais e reavaliações extraordinárias de edifícios, na base da continuidade das operações em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais de consistência, da especialização, da prudência, da substância sobre a forma e da materialidade.

I – Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras

1. Empresas incluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2003 e 31 de Dezembro de 2002, são as seguintes:

	Percentagem de Capital detido		Condições de inclusão
	2003	2002	
Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	Empresa Mãe		
Directamente			
Interhotel – Sociedade Internacional de Hotéis, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	15,14%	15,14%	a)
Matur – Soc. De Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	31,22%	31,09%	a)
Autodril – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	99,71%	99,71%	a)
Somotel – Soc. Portuguesa de Motéis, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	24,75%	24,61%	a)
Comportur – Comp. Port. de Urbanização e Turismo, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	51,60%	51,60%	a)
Indumármore – Indústria de Mármore, Lda Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	90%	90%	a)
Indirectamente			
Autodril – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.			
Grão-Pará Agroman – Sociedade Imobiliária, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	100%	100%	a)
Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	69,40%	69,40%	a)
Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	100%	100%	a)
Matur – Soc. Emp. Turísticos da Madeira, S.A.			
Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	10,08%	10,08%	a)
Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.			
Matur – Soc. Emp. Turísticos da Madeira, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	2,70%	2,70%	a)

a)As empresas consolidadas encontram-se nas condições previstas nas alíneas a) e d) do n.º 1, art. 1º do Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho.

2. Empresas não incluídas na consolidação

As empresas não incluídas na consolidação, suas sedes e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2003 e 31 de Dezembro de 2002, são as seguintes:

Firma	Percentagem de Capital detido		Condições de exclusão
	2003	2002	
Turidecor – Soc. de Decorações Turísticas e Hoteleiras, Lda. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	30%	30%	a)

Compete – Comp. Promotora de Empreend. Turísticos, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	89%	89%	b)
Orplano – Org. e Planeamento Técnicos de Construção, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 LISBOA	34%	34%	c)

- a) Turidecor – Sociedade de Decorações Turísticas e Hoteleiras, Lda. Capital Social: 9.975,95 Euros. Esta empresa está sem actividade há vários anos.
- b) Compete – Companhia Promotora de Empreendimentos Turísticos, S.A. Capital Social: 9.975,95 Euros. Esta empresa está sem actividade há vários anos.
- c) Orplano – Organização e Planeamento Técnicos de Construção, S.A. Capital Social: 2.493,98 Euros. Esta empresa está sem actividade há vários anos.

7. Número médio de trabalhadores ao serviço durante o exercício por categorias

Número médio de trabalhadores ao serviço:

Dirigentes	32
Quadros Superiores	6
Quadros Médios	16
Quadros Intermédios	46
Profissionais Altamente Qualificados	138
Profissionais Semi - qualificados	125
Profissionais Não Qualificados	20
Total	<u>383</u>

III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação.

10. Discriminação da rubrica de “Diferenças de consolidação”

Foram as seguintes as diferenças de consolidação apuradas por cada uma das empresas incluídas na consolidação:

Firma	Diferenças de Consolidação 31-12-02	Ajustamentos 2003	Diferenças de Consolidação 31-12-03	Notas
Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.	(4.405.779,00)	(40,43)	(4.405.819,43)	(2)
Matur – Soc. de Empr. Turísticos Madeira, S.A.	1.528.174,40	(14.357,83)	1.513.816,57	(1)
Autodril – S.G.P.S., S.A	2.413.748,48	-	2.413.748,48	(1)
Somotel – Soc. Portuguesa de Motéis, S.A.	(4.876.075,75)	(614.302,78)	(5.490.378,53)	(2)
Comportur – Comp. Port. Urb. e Turismo, S.A.	628.840,37	-	628.840,37	(1)
Indumármore – Indústria de Mármore, Lda	(15.841,58)	-	(15.841,58)	(2)
Grão-Pará Agroman, S.A.	(4.361.612,75)	-	(4.361.612,75)	(2)
Autodril – Soc. Imobiliária, S.A.	17.582,97	(17.582,97)	0	
	<u>(9.070.962,86)</u>	<u>(646.284,01)</u>	<u>(9.717.246,87)</u>	(3)

(1) Estas diferenças de consolidação são credoras e resultam do facto da empresa mãe ter as participações financeiras contabilizadas pelo valor de aquisição registando as empresas consolidadas valores superiores em Capitais próprios.

(2) Estas diferenças de consolidação são devedoras e resultam do facto da empresa mãe ter as participações financeiras contabilizadas pelo valor de aquisição apresentando as empresas consolidadas Capitais próprios inferiores aos valores das participações.

(3) Os ajustamentos verificados no exercício de 2003, resultam de (i) ajustamentos das participações recíprocas na Matur, S.A, (ii) transferência da parte imputável a interesses minoritários do resultado de 2002 da Somotel, S.A., uma vez que a Empresa-Mãe detém o controlo de gestão desta empresa e (iii) rectificação da renominalização do capital social da Autodril – Sociedade imobiliária, S.A..

18. Contabilização das participações em associadas

O conjunto das empresas incluídas na consolidação contabiliza as participações financeiras pelo método do custo de aquisição, de acordo com a alínea a) do n.º 5.4.3.1 do anexo II do plano oficial de contabilidade.

IV – Informações relativas a compromissos

22. Responsabilidades das empresas incluídas na consolidação por garantias prestadas

As instituições de crédito prestaram as seguintes garantias bancárias a diversas entidades por solicitação das empresas incluídas na consolidação:

Firma	Valores
Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	2.548.252,02
Interhotel – Sociedade Internacional de Hotéis, AS	823.334,09
Matur – Sociedade de Emp. Turísticos da Madeira, S.A.	537.267,20
Somotel – Sociedade Portuguesa de Motéis, S.A.	145.642,77
G.P.A. – Grão-Pará Agroman, S.A.	86.708,11
Total	<u>4.141.204,19</u>

V – Informações relativas a políticas contabilísticas

23. Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações das Empresas que integram a consolidação, a partir dos seus livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

i) Imobilizações incorpóreas

As Imobilizações incorpóreas, que compreendem essencialmente Despesas de instalação, encontram-se registadas ao custo, sendo amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

ii) Imobilizações corpóreas

As Imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais.

Nos exercícios de 2001 e 2002 a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A., procedeu à reavaliação extraordinária, efectuada por uma empresa externa, do Edifício da sede, do Hotel Atlantis Sintra Estoril, da Estalagem da Cegonha e do Aparthotel Solférias. A reavaliação destes activos no montante de 26.077.132,89 Euros (2001) e de 2.449.321,40 Euros (2002), veio permitir conferir às suas Demonstrações Financeiras para esta rubrica, a realidade patrimonial da empresa.

As amortizações são calculadas, segundo o método das quotas constantes aplicando-se as taxas da Portaria 737/81, no que diz respeito aos bens já existentes em 31 de Dezembro de 1988. Para os bens

adquiridos após aquela data aplicam-se as taxas máximas previstas no Decreto Regulamentar 2/90, com excepção dos valores relativos ao Hotel Atlantis Sintra Estoril e os da Interhotel – Sociedade Internacional de Hotéis, S.A., para os quais se utilizaram as taxas mínimas previstas no citado Decreto Regulamentar.

iii) Investimentos financeiros

Os Investimentos financeiros relativos a partes de capital em empresas do Grupo e Associadas, estão valorizados ao custo de aquisição, com excepção das participações na Autodril, S.G.P.S, S.A. e Comportur – Companhia Portuguesa de Urbanização e Turismo, S.A. cujo valor foi corrigido em 1987, por força de aumentos de capital realizados por incorporação de reservas.

iv) Diferenças de consolidação

As Diferenças de consolidação credoras resultam do facto da empresa mãe ter as participações financeiras contabilizadas pelo valor de aquisição, apresentando as empresas consolidadas valores superiores em Capitais próprios.

As Diferenças de consolidação devedoras resultam do facto da empresa mãe ter as participações financeiras contabilizadas pelo valor de aquisição apresentando as empresas consolidadas valores inferiores em Capitais próprios.

O valor líquido resultante das duas situações é registado directamente nos Capitais próprios.

v) Interesses minoritários

Os montantes de Capitais próprios das empresas filiais consolidadas, atribuíveis às acções ou partes detidas por pessoas estranhas às empresas incluídas na consolidação, são inscritos no balanço consolidado na rubrica “Interesses minoritários”.

Os Interesses minoritários sobre o Resultado líquido das filiais consolidadas, são identificados e ajustados por dedução ao resultado do grupo e inscritos na Demonstração dos resultados consolidados na rubrica “Interesses minoritários”.

vi) Existências

As Mercadorias e as Matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os Produtos acabados e intermédios e os Produtos e trabalhos em curso da empresa mãe estão valorizados ao custo de aquisição ou, no caso de projectos, pelos custos directos incorridos pelo Departamento técnico e/ou estimativas de honorários, apuradas em 1995 e 1996, pela aplicação de tabelas de trabalhos de arquitectura e engenharia a cada uma das fases em que esses projectos se encontravam.

Os Produtos acabados na G.P.A., S.A. são constituídos por fracções destinadas a venda foi adoptado o custo de produção, sendo o custo total repartido pela permilagem de cada fracção.

vii) Dívidas de e a terceiros

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação. À data de balanço, as dívidas de ou a terceiros resultantes dessas operações, em relação às quais não exista fixação ou garantia de câmbio, são actualizadas com base no câmbio dessa data.

viii) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no Imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é

registada no Passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do Activo, calculada conforme descrito na alínea ii) acima, são registados como custos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

ix) Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual estas transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de Acréscimos e diferimentos.

x) Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre o rendimento do exercício foi determinado com base no Resultado líquido ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando cada uma das filiais isoladamente.

Foram considerados Impostos diferidos nas situações justificáveis.

24. As cotações utilizadas para conversão em moeda nacional de valores, originariamente expressos em moeda estrangeira, são as existentes à data da operação.

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação. À data de balanço, as dívidas de ou a terceiros resultantes dessas operações, em relação às quais não exista fixação ou garantia de câmbio, são actualizadas com base no câmbio dessa data.

VI – Informações relativas a determinadas rubricas

25. Comentário das rubricas Despesas de instalação, Despesas de investigação e desenvolvimento e Propriedade industrial e outros direitos.

As Despesas de instalação registam as despesas com a constituição das sociedades e alterações. Os custos com alvarás e registo de marcas são registadas na rubrica de Propriedade industrial e outros direitos.

27. Movimentos ocorridos nas rubricas do Activo Imobilizado e respectivas Amortizações e provisões

Os movimentos ocorridos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, nas rubricas do Activo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas Amortizações e provisões, foram os seguintes:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Activo Bruto		Saldo final
			Alienações	Transf. E Abates	
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de Instalação	128.133,23			-46.318,84	81.814,39
Propried. Indust. O.Direitos	6.385,61				6.385,61
	134.518,84	0	0	-46.318,84	88.200,00
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	16.582.757,03			-816.713,29	15.766.043,74
Edifíc. e outras construções	86.727.085,07	205.188,85	a)1.214.761,31	-12.970,63	85.704.541,98
Equipamento básico	13.044.516,96	69.444,33	330,00		13.113.631,29
Equipamento de transporte	706.371,20	129.618,89	134.148,04		701.842,05
Ferramentas e utensílios	168.409,01	1.045,18			169.454,19
Equip. administrativo	5.324.782,94	6.032,09			5.330.815,03
Taras e vasilhame	74,32				74,32
Outras imob. Corpóreas	1.786.158,32	168,06			1.786.326,38
Adiantam. p/ Conta I.Corp.	163.173,11	107.456,66		-80.608,99	190.020,78
Imobilizações em curso	73.976,43	183.550,13			257.526,56
	124.577.304,39	702.504,19	1.349.239,35	-910.292,91	123.020.276,32

Investimentos Financeiros

Partes cap. Emp. do Grupo	173.798,92			173.798,92
Investimentos em Imóveis	681.486,77			681.486,77
Títulos e out. Aplic. Financ.	5.806,44			5.806,44
Adiant. P/conta Inv. Fin.	317.073,86			317.073,86
	1.178.165,99	0	0	1.178.165,99

- a) Venda do Restaurante “Cajú” e loja nº 26 propriedade da empresa-mãe e venda de imóveis sítos da Madeira propriedade da Matur.

Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transferencias e Abates	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de Instalação	60.055,86	22.691,04	-46.318,84	36.428,06
Prop. Industrial O.Direit.	6.385,61			6.385,61
	66.441,47	22.691,04	-46.318,84	42.813,67
Imobilizações Corpóreas				
Edifícios e outras construções	25.555.334,89	2.114.235,62	a) -108.545,55	27.561.024,96
Equipamento básico	11.670.972,64	226.037,92	-360,61	11.896.649,95
Equipamento de transporte	609.506,12	82.255,74	-130.200,42	561.561,44
Ferramentas e utensílios	156.363,80	2.050,78		158.414,58
Equipamento administrativo	5.091.220,91	63.907,60		5.155.128,51
Taras e vasilhame	74,32			74,32
Outras imob. Corpóreas	1.630.993,17	23.748,69	-294,29	1.654.447,57
	44.714.465,85	2.512.236,35	-239.400,87	46.987.301,33
Investimentos Financeiros				
Partes cap. em emp. do Grupo	87.289,63			87.289,63
	87.289,63	0	0	87.289,63

- a) Valor correspondente às amortizações do Restaurante “Cajú”, loja nº 26 e dos imóveis sítos na Madeira.

34. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no Balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas empresas incluídas na consolidação

A 31 de Dezembro de 2003 o montante das dívidas a terceiros, apresentadas no balanço consolidado cobertas por garantias reais prestadas eram as seguintes:

Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.Dívidas a Instituições de Crédito

Hipotecas a favor do Banco Espírito Santo

- Financiamento no valor de USD 18.308.921,44 com garantia de diversos imóveis sítos na Madeira propriedade da Imobiliária Construtora Grão-Pará e da Matur no montante de 14.542.431,64 Euros.

- Financiamento de 20.266.723,47 Euros com garantia de terrenos propriedade da Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A. (hipoteca subsidiária)

Hipoteca a favor do Banco BCPI

- Financiamento no valor de 2.712.019,85 Euros com garantia de imóveis sítos em Vilamoura

Hipoteca a favor do Banco Comercial Português

- Financiamento no valor de 895.260,36 Euros com garantia de 239.799 acções da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A., propriedade da Autodril – S.G.P.S.,SA

Interhotel – Sociedade Internacional de Hotéis, S.A.Dívidas a Instituições de Crédito

Hipoteca a favor do Banco Totta & Açores

- Financiamento no valor de 5.377.041,33 Euros com garantia do edifício do Hotel Atlantis Vilamoura – Acordo de pagamento em 20 prestações, assinado a 8 de Fevereiro de 2000

Hipoteca a favor Banco B.P.I.

- Financiamento no valor de 1.032.511,65 Euros com garantia do edifício do Hotel Atlantis Vilamoura – Acordo para pagamento em 20 prestações, assinado a 8 de Fevereiro de 2000

Hipoteca subsidiária a favor do Banco Espírito Santo

- Financiamento no valor de 3.902.666,36 Euros com garantia de terrenos de propriedade da Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A. (hipoteca subsidiária).
- Financiamento no valor de 615.582,00 Euros com garantia do Aparthotel Alagoas propriedade da Somotel – Soc. Portuguesa de Motéis, S.A..

Matur – Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A.Dívidas a Instituições de Crédito

Hipoteca a favor da Caixa Geral de Depósitos

- Financiamento no valor de 9.975.957,94 Euros com garantia de diversos apartamentos, moradias e lote de terreno sito na Madeira.

Autodril – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.Dividas a Instituições de Crédito

Hipoteca subsidiária a favor do Banco Espírito Santo

- Financiamento no valor de 5.518.384,56 Euros com garantia de terrenos de propriedade da Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A.

Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A.Dividas a Instituições de Crédito

Hipoteca subsidiária a favor da Banco Espírito Santo

- Financiamento no valor de 895.218,42 Euros com garantia de terrenos sites em Alcabideche

36. Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços por categorias de actividade e mercados

A repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços por categorias de actividades e mercados foi a seguinte:

	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Actividades Turísticas	5.058.255,19	2.071.836,97	7.130.092,16
Actividades Imobiliárias	5.577.093,06		5.577.093,06
Outras Actividades	95.761,04		95.761,04
Total	10.731.109,29	2.071.836,97	12.802.946,26

38. Impostos diferidos

As situações anteriores à data da entrada em vigor da Directriz Contabilística número 28 – “Impostos sobre o rendimento” resultam num imposto diferido passivo de aproximadamente 23.500.000 Euros, decorrentes, basicamente, de reavaliações económicas e fiscais dos seus activos imobilizados e mais valias ainda não tributadas e num imposto diferido activo de aproximadamente 22.100.000 Euros decorrentes de prejuízos fiscais ainda não utilizados.

À data de 31 de Dezembro de 2003, estes montantes foram já revertidos em aproximadamente 4.600.000 Euros (Imposto diferido activo) e 2.260.000 Euros (Imposto diferido passivo).

Os Impostos diferidos do exercício referem-se apenas à reversão do Imposto diferido passivo relativo à amortização do exercício correspondente à reavaliação do Aparthotel Solférias, efectuada pela empresa-mãe em 2002.

39. Indicação das remunerações atribuídas aos órgãos de administração e de fiscalização das empresas

As remunerações atribuídas ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Fiscal Único foram as seguintes:

Empresas	Conselho Administração	C.Fiscal/ Fiscal Único
Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	141.564,98	14.000,00
Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.	183.841,92	12.000,00
Matur – Soc. Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A.	80.016,30	7.356,00
Autodril – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	126.660,84	9.500,00
Somotel – Soc. Portuguesa de Motéis, S.A.	-	2.200,00
Comportur – Comp. Portuguesa de Urb. e Turismo, S.A.	57.200,64	5.000,00
G.P.A. – Grão-Pará Agroman, S.A.	42.300,00	5.000,00
Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A.	93.000,00	4.575,00
Total	724.584,68	59.631,00

41. Diplomas legais em que se baseou a reavaliação de Imobilizações Corpóreas

Decreto-Lei nº 430/78	de 27 de Dezembro
Decreto-Lei nº 219/82	de 02 de Junho
Decreto-Lei nº 399-G/84	de 28 de Dezembro
Decreto-Lei nº 118-B/86	de 27 de Maio
Decreto-Lei nº 111/88	de 02 de Abril
Decreto-Lei nº 49/91	de 25 de Janeiro
Decreto-Lei nº 264/92	de 24 de Novembro
Decreto-Lei nº 31/98	de 02 de Fevereiro

42. Discriminativo das reavaliações:

O detalhe global dos custos históricos de aquisição de Imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação, em 31 de Dezembro de 2003, líquidos de Amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Custo Histórico (a)	Reavaliações (a)(b)(c)	Valores Contabilísticos Reavaliados (a)
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	7.643.325,78	8.122.717,96	15.766.043,74
Edifícios e outras construções	5.153.565,23	52.989.951,79	58.143.517,02
Equipamento básico	927.974,75	289.006,59	1.216.981,34
Equipamento de transporte	139.615,00	665,61	140.280,61
Ferramentas e utensílios	6.992,43	4.047,18	11.039,61
Equipamento administrativo	134.851,13	40.835,39	175.686,52
Outras imobilizações corpóreas	99.639,40	32.239,41	131.878,81
	14.105.963,72	61.479.463,93	75.585.427,65

(a)Líquidos de amortizações

(b)Englobam as sucessivas reavaliações

(c)Inclui o efeito das reavaliações extraordinárias efectuadas ao edifício da Rua Castilho, ao Hotel Atlantis Sintra Estoril, à Estalagem da Cegonha e ao Apartotel Solférias propriedade da empresa-mãe.

44. Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	Exercícios	
	31-12-2003	31-12-2002
Juros suportados	4.054.384,74	5.000.479,73
Diferenças de câmbios desfavoráveis	664,75	461,72
Outros custos e perdas financeiras	585.645,50	612.123,24
Resultados financeiros	-1.640.195,84	-2.330.685,73
	3.000.499,15	3.282.378,96

Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	31-12-2003	31-12-2002
Juros obtidos	3.416,26	1.178,09
Diferenças de câmbio favoráveis	a) 2.994.974,78	3.279.221,11
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.099,77	1.979,76
Outros prov. e ganhos financeiros	8,34	-
	3.000.499,15	3.282.378,96

a) Valor da diferença de câmbio resultante, quase na sua totalidade à actualização do empréstimo que a Empresa - Mãe mantém com o Banco Espírito Santo no valor de USD 18.308.921,44.

45. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	Exercícios	
	31-12-2003	31-12-2002
Donativos	11.808,33	1.306,95
Perdas em existências	1.964,26	1.415,20
Perdas em imobilizado	a) 604.758,11	320.877,15
Multas e penalidades	71.422,18	200.826,87
Aumento de amortizações e provisões	2.477,39	653,65
Correcções relativas a exercícios anteriores	274.794,72	223.972,55
Outros custos e perdas extraordinárias	2.779,67	2.627.834,85
Resultados Extraordinários	82.597,06	6.261.960,30
	1.052.601,72	9.638.847,52

Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	31-12-2003	31-12-2002
Restituição de Impostos	1.979,07	4.140,32
Ganhos em existências	6.224,55	6,45
Ganhos em imobilizado	b) 929.116,01	9.458.341,92
Benefícios e penalidades contratuais	10.434,52	39.063,28
Redução de amortizações e provisões	13.300,03	2.899,85
Correcções relativas a exercícios anteriores	34.637,20	64.356,02
Outros ganhos e proveitos extraordinários	56.910,34	70.039,68
	1.052.601,72	9.638.847,52

a) Relativo à menos valia apurada na venda do Restaurante “Cajú” e da loja nº 26 propriedade da empresa-mãe.

b) Relativo à mais valia apurada na venda de imóveis sites na Madeira Propriedade da Matur, S.A..

46. Desdobramento e movimento da conta de provisões acumuladas

As Provisões acumuladas a 31 de Dezembro de 2003 e o seu movimento durante o exercício, são os seguintes:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões Cobranças Duvidosas:				
Clientes C. Duvidosa	1.038.150,73	32.254,09		1.070.404,82
Outros Devedores	345.109,05	18.718,49		363.827,54
Accionistas	37.409,84			37.409,84
Total	1.420.669,62	50.972,58	0	1.471.642,20
Provisões p/ riscos e encargos:				
Outros riscos e encargos	144.253,56	0	0	144.253,56
Provisões depreciações existências:				
Prod. Trab. Em curso	548.932,12	63.191,32		612.123,44
Mat.Primas, Sub, Cons.	55.657,99			55.657,99
Total	604.590,11	63.191,32	0	667.781,43

47. Bens utilizados em regime de locação financeira e respectivo valor

Os bens utilizados em regime de locação financeira e respectivo valor contabilístico são os seguintes:

Bens	Ano	Taxa	Valor Contrato	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Central Telefónica	1994	10%	83.076,04	83.076,04	-
Material de Health Center	1996	6,25%	17.789,63	8.894,82	8.894,82
Sistema de Ar Condicionado	1997	6,25%	34.555,72	15.118,13	19.437,59
Viaturas	2000	25%	35.171,65	35.171,65	-
Viaturas	2002	25%	37.687,17	18.843,59	18.843,59
Viaturas	2003	25%	35.714,29	8.928,57	26.785,72
Equipamento Informático	1999	12,5%	40.761,76	25.476,10	15.285,66
Equipamento Informático	1999	16,66%	13.993,80	11.656,84	2.336,96
Equipamento Informático	2000	25%	15.891,95	15.891,95	-
Sistema de detenções de incêndio	1998	12,5%	74.210,41	55.657,81	18.552,60
Sistema de detenções de incêndio	1999	10%	12.872,15	6.436,08	6.436,08
Total			401.724,57	285.151,56	116.573,01

VII – Informações diversas**49. Outras informações exigidas por diplomas legais**

Acções próprias detidas pelas Sociedades:

Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	206
Matur – Sociedade de Emp. Turísticos da Madeira, S.A. Detém da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	83.234
Autodril – Sociedade Gestora de Part. Sociais, S.A. Detém da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	250.180

As participações da Matur, S.A. e Autodril - SGPS, S.A. na Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. são consideradas Acções próprias do consolidado.

50. Reconciliação do resultado consolidado com os resultados individuais

	31-12-2003
Resultados líquidos individuais agregados	-4.389.913,51
Anulação de resultados intra - Grupo por vendas de Existências da Matur, S.A. à Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	-49.164,96
Anulação da actualização das acções da Grão-Pará, S.A. detidas pela Matur, S.A. e Autodril – SGPS, S.A.	340.082,28
Anulação do efeito da equivalência patrimonial das acções da Interhotel, S.A. detidas pela Autodril – SGPS, S.A.	1.683.522,19
Anulação de amortizações de Imobilizado corpóreo anulado no consolidado	1.042,70
Resultado líquido consolidado com Interesses minoritários	-2.414.431,30
Interesses minoritários referentes ao Resultado do exercício	-362.899,66
Resultado consolidado líquido do exercício	-2.051.531,64

51. Projectos em curso

Os principais projectos imobiliários em que a Grão-Pará, S.A. trabalha actualmente são os diversos projectos para os terrenos circundantes do Autódromo, pertencentes à Autodril, Sociedade Imobiliária, S.A., o projecto em Pena Furada da Comportur, S.A. e ainda os projectos na Madeira, após a conversão de turísticos em imobiliários, em virtude da ampliação do Aeroporto de Santa Catarina.

52. Estado e outros entes públicos

As dívidas relativas às empresas do grupo e associadas que se mantém em mora, no montante global de aproximadamente 9.380.000 Euros estão incluídas nos valores a compensar com o montante do crédito reclamado na acção judicial que a empresa-mãe juntamente com algumas associadas intentaram contra o Estado em 2001.

Na sequência desta acção a Segurança Social aceitou ainda uma garantia bancária, em Dezembro de 2002, por parte da empresa-mãe, caucionando as dívidas existentes a seu favor até Setembro de 2002, que assegurará o pagamento das mesmas no caso da situação contributiva não vir a ser regularizada até 60 dias após o trânsito em julgado do processo.

No exercício de 2003 a empresa-mãe negociou com a Segurança social a constituição de uma garantia real que cobrisse as responsabilidades, a partir de Setembro de 2002, da Imobiliária Construtora Grão-Pará e das restantes empresas signatárias do Acordo Global (Interhotel, S.A., Matur, S.A. e Autodril – S.G.P.S.,S.A.)

Apesar da Segurança Social ter mandado proceder à avaliação de terrenos que iriam garantir as responsabilidades vencidas e vincendas até ao valor Crédito Fiscal (16.952.409 Euros), a execução contratual da garantia oferecida não foi realizada, havendo agora a hipótese da sua não aceitação por parte daquela entidade pública.

As empresas encontram-se neste momento a aguardar a evolução da situação.

53. Outras informações

A Empresa-mãe é subsidiariamente responsável no empréstimo titulado pela Matur, S.A., junto da Caixa Geral de Depósitos, no montante de 9.975.957,94 Euros que deverá ser pago até 2005.

54. Contingências / Processos Judiciais

A Imobiliária Construtora Grão-Pará é ré numa acção declarativa de condenação para indemnização por incumprimento de celebração de escritura pública de compra e venda de uma fracção no edifício da Rua Victor Cordon, que poderá ascender a 501.665,99 Euros.

À data de 31 de Dezembro de 2003 encontravam-se em curso os seguintes processos judiciais, referentes a acções intentadas por particulares sobre a posse dos terrenos circundantes do Autódromo, propriedade da Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A.:

Processo nº 672/99 - Acção declarativa condenatória na forma de processo ordinário

Processo intentado por um terceiro para reconhecimento do direito de propriedade de imóveis que a Autodril – Sociedade Imobiliária reclama como seus por compra e os autores declaram como adquiridos por usucapião.

A empresa tem defendido os seus direitos no sentido de manter no seu património, o referido prédio, sendo seu utilizador e ocupante há vários anos.

O desfecho da acção é imprevisível pelas dificuldades em se comprovar a propriedade por parte da empresa, e pela complexidade da prova no que respeita aos autores.

Em termos de resolução prevê-se que no mínimo este processo terá ainda 2 anos até à sua decisão.

Processo nº 124/99 - Acção declarativa de condenação para impugnação de justificação notarial. Cancelamento dos respectivos registos.

Processo intentado por particulares para declarar nulos os contratos de aquisição de pequenas parcelas de terreno encravados nos prédios circundantes do Autódromo (hoje pertença da empresa), que os autores reclamam como sendo legítimos donos e proprietários.

O desfecho da acção ainda não é previsível.

Lisboa, 17 de Março de 2004

A Administração

Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

O Técnico Oficial de Contas
N.º 33.321 – Sandra Vieira

GRUPO GRÃO-PARÁ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
2003

Valores expressos em Euros

Actividades Operacionais:

Recebimentos de clientes	7.426.438,15	
Pagamentos a fornecedores	-4.115.959,03	
Pagamentos ao pessoal	-2.200.562,03	
Fluxo gerado pelas operações	1.109.917,09	
Pag/Rec. Do imposto sobre o Redimento	-95.626,61	
Outros Rec/Pag. relativos a actividade operacional	6.419.342,52	
Fluxos gerados antes das rub. Extraordinárias	7.433.633,00	
Recebimentos relacionados c/ rub. Extraordinárias	239,56	
Pagamentos relacionados c/ rub. Extraordinárias	-774,54	
Fluxos das actividades operacionais (1)	7.433.098,02	

Actividades de investimento:

Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-217,00	
Imobilizações corpóreas	-1.948,64	-2.165,64
Fluxos das actividades de investimento (2)	-2.165,64	

Actividades de financiamento:

Recebimentos provenientes de:		
Emprestimos Obtidos	1.337.926,27	1.337.926,27
Pagamentos respeitantes a:		
Emprestimos obtidos	-4.706.193,32	
Contractos de Locação Financeira	-21.330,93	
Juros e custos similares	-3.285.168,05	-8.012.692,30
Fluxos das de financiamento (3)	-6.674.766,03	

Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		756.166,35
Efeitos das diferenças de cambio		2.994.310,03
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		-28.657.756,75
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		-27.901.590,40

ANEXO A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2003

2 - Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

	EXERCÍCIOS	
	2003	2002
Numerário	11.519,74	9.471,35
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	378.242,27	52.048,77
Equivalentes a Caixa	-28.291.352,41	-28.719.276,87
Caixa e seus equivalentes	-27.901.590,40	-28.657.756,75
Disponibilidades constantes do Balanço	389.762,01	61.520,12

Lisboa, 17 de Março de 2003

O Técnico Oficial de Contas
Nº 33.321
Sandra Vieira

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

Relatório e Parecer do Fiscal Único das Contas Consolidadas

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório sobre a actividade que desenvolvemos e dar o Parecer sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.**, os quais são da responsabilidade do seu Conselho de Administração.

No desempenho das nossas funções, acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade e os negócios das empresas do grupo, a regularidade da sua escrituração contabilística e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos Serviços todas as informações e esclarecimentos solicitados.

Examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, as Demonstrações consolidadas dos resultados e dos Fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, e o respectivo Anexo, verificando a conformidade destes documentos com o Relatório de Gestão Consolidado. O nosso exame foi efectuado de acordo com as disposições estatutárias e legais aplicáveis, sendo suportado, do ponto de vista técnico, pela Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas, emitido com ênfases, que consideramos por reproduzido neste documento.

Assim, tendo em consideração o teor da Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas, somos do parecer que as Demonstrações Financeiras Consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão Consolidado, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral.

Lisboa, 8 de Abril de 2004

O Fiscal Único

PLC – Pereira, Ladeiro, Cascão & Associados, SROC, S.A.

(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 8158)

Representada por:

Victor Manuel Leitão Ladeiro

(R.O.C. nº 651)

PLC- Pereira, Ladeiro, Cascão & Associados, SROC, S.A

Inscrição QRQC.n.º 123 Registo C.M.V.M. n.º 8158 C.R.C. de Lisboa n.º 12.772 Capital: € 75.000 NIPC: 503.373.885

Rua Fradesso da Silveira, 6, 3.º A, Complexo Alcântara Flo, Bloco C, P-1300-609 LISBOA

Tel.: (+351) 213 602 500 Fax: (+351) 213 602 501 e-mail: finaudit.prvl@allriott.pt

Represented through Allriott Group, a worldwide network of independent firms

Accionistas R.O.C.:

Luís F. Pereira Fiosa

Victor M. L. Ladeiro

J.ão A. C. Vieira Cascão

Regina Melo e Maia de Sá

Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, que evidencia um total de 108.420.098 Euros e um total de capital próprio de 19.987.429 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.051.532 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; ii) verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial; iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.** em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, e lícita.

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

- i) Conforme referido na Nota 52 do Anexo, à data de 31 de Dezembro de 2003, encontravam-se em mora responsabilidades perante a Administração fiscal e a Segurança social, no montante de cerca de 9.380.000 Euros, estando provisionados os respectivos juros, no montante de cerca de 2.745.000 Euros. Estes valores estão

incluídos na relação das dívidas ao fisco e à Segurança social que as empresas do grupo pretendem compensar com o montante do crédito fiscal reclamado na acção judicial que intentaram contra o Estado em 2001, após o Acordo de Fecho do Acordo Global. Nestas circunstâncias, em 2002, a Segurança social aceitou uma garantia bancária da Empresa mãe, correspondente ao valor das dívidas em referência a 30 de Setembro de 2002, para o caso da situação contributiva não vir a ser regularizada até 60 dias após o trânsito em julgado daquele processo. Já no exercício em apreço, foram retomadas negociações para a formalização de um novo pedido de garantia real que cobrisse todas as responsabilidades vencidas e vincendas a partir de 30 de Setembro de 2002, mas que entretanto a Segurança social veio a indeferir. À data do nosso relatório, ainda se encontrava pendente a definição de outras soluções para enquadramento da situação contributiva das empresas do grupo.

ii) Subsistem em balanço saldos de significativa antiguidade, no montante de cerca de 5.063.000 Euros, relativos a encargos com loteamentos, estudos e projectos de arquitectura de empreendimentos imobiliários a desenvolver pelas filiais Matur, S.A. e Autodril, Sociedade Imobiliária, S.A.. A recuperação destes saldos encontra-se dependente da concretização de algumas acções que se julga que venham a potenciar condições para gerar proveitos para o Grupo, nomeadamente a alienação de activos, considerados de menor relevância para as suas actividades, ou a concretização dos empreendimentos a que aqueles projectos estão associados;

iii) As demonstrações financeiras supra referidas incluem informação financeira comparativa a 31 de Dezembro de 2002, a qual foi por nós auditada, tendo sido emitida a Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas que inclui sete ênfases: duas mantêm-se em 2003, apresentadas nas alíneas i) e ii) acima, e as restantes não se aplicam a este exercício.

Lisboa, 8 de Abril de 2004

PLC – Pereira, Ladeiro, Cascão & Associados, SROC, S.A.
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 8158)
Representada por:

Victor Manuel Leitão Ladeiro
(ROC nº 651)

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de Dois mil e quatro, pelas dez horas, reuniu na rua Castilho, número cinquenta, quarto andar em Lisboa a Assembleia Geral da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A., Sociedade Aberta, pessoa colectiva número 500 136 971, com o capital social de Doze Milhões quinhentos mil Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número trinta mil trezentos e sessenta e cinco.

Esta reunião foi presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Dr. Júlio Corrêa Mendes e secretariada pela Senhora D. Maria de Fátima Santos Pires.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para anunciar que se encontravam presentes, ou devidamente representados 12 Senhores Accionistas, detentores de 1.673.223 acções representando 77,23% do capital social votante da Empresa, a que correspondem 16.730 votos, pelo que considerou a Assembleia validamente constituída e apta para discutir e deliberar acerca de todos os pontos da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Presidente anunciou que se encontravam presentes na Assembleia os Senhores Administradores Dr. Abel Pinheiro, Sr. Orlando Morazzo e Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro e ainda o Fiscal Único da Sociedade, Dr. Victor Ladeiro em representação de PLC & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que exerce a função de Fiscal Único da Sociedade.

Informou ainda estar ausente no Brasil a Presidente do Conselho de Administração, Sra. D. Fernanda Pires da Silva e com o mandato suspenso a Administradora Sra. Dra. Alexandra Teotónio Pereira Patel. Continuando no uso da palavra, o Senhor Presidente anunciou que as publicações legais para esta reunião foram atempadamente feitas e estão contidas no “Jornal de Negócios” de 24 de Março de 2004 e na III Série do Diário da República de 23 de Março de 2004, no Boletim de Cotações da Euronext Lisboa de 15 de Março de 2004 e pedido de divulgação da Convocatória no sistema de difusão de informação da CMVM em 15 de Março último, pelo que foram observados os prazos legais.

Acrescentou ainda que a Administração assegurara à Mesa que todos os documentos relativos aos pontos da Ordem de Trabalhos, tinham estado à disposição dos Senhores Accionistas nos prazos estipulados por Lei.

Estando preenchidos todos os requisitos legais, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, pedindo à Secretária da Mesa que procedesse à leitura do Primeiro ponto da Ordem de Trabalhos que é do seguinte teor: “Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas do Exercício de 2003”.

Como mais ninguém desejasse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa pôs à votação o ponto 1 da Ordem de Trabalhos, tendo sido o mesmo aprovado por 10 senhores accionistas, detentores de 992.841 acções, representando 45,82% do capital votante da Sociedade, a que correspondem 9.929 votos e com a abstenção da Accionista Dr^a Maria João Roque, por si e em representação da Senhora D. Fernanda Pires da Silva, com 680.382 acções, representativas de 31,4% do capital votante da Sociedade a que correspondem 6.804 votos com a declaração de que não estava suficientemente esclarecida para manifestar o seu sentido de voto.

Passando para o ponto 2 da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa pediu à Secretária que lesse o referido ponto, que é do seguinte teor: “Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade”. Pediu a palavra o accionista Dr. Abel Pinheiro para, em seu nome e em nome dos accionistas que representa, propor um voto de louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, em nome de todos os seus membros. Posta à votação, foi aprovada a proposta por 9 senhores accionistas, detentores de 991.651 acções, representando 45,77% do capital votante da Sociedade, a que correspondem 9.917 votos, com o voto contra do Accionista Eng^o Pinto Basto, detentor de 1.190 acções, a que correspondem 12 votos, representando 0,05% do capital votante da Sociedade e abstenção da accionista Dr^a Maria João Roque, em seu nome e em representação da Sra. D. Fernanda Pires da Silva, com 680.382 acções, representativas de 31,4% do capital votante da Sociedade a que correspondem 6.804 votos.

Esgotados os pontos da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou encerrada a Assembleia, dela se lavrando a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.